

Regimento é obstáculo à pressa

Doce de Oliveira e
Sandra Nascimento
de Brasília

As normas do regimento do Congresso Nacional são outro empecilho para a urgência do governo em ver aprovadas as reformas constitucionais ainda este ano. Para acelerar o calendário e aproveitar as seis semanas e meia restantes, os parlamentares terão de cumprir os prazos mínimos para a tramitação das reformas da previdência e administrativa. A aprovação de uma proposta de emenda constitucional, as chamadas PECs, levam, no mínimo, seis meses, indo e voltando entre a Câmara e o Senado caso sofram alterações.

Na Câmara, o principal desafio é a reforma administra-

va. A bancada governista terá de contornar a reação dos partidos de oposição, que decidiram apresentar emendas ao substitutivo de segundo turno. Ontem, os governistas conseguiram sua primeira vitória. O plenário rejeitou questão de ordem apresentada pelo bloco oposicionista, pedindo a suspensão da tramitação da reforma. Eles alegam que o relator, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), alterou o texto após a votação em primeiro turno, acabando com o Regime Jurídico Único (RJU).

A questão seguiu para a CCJ, sem prejuízo para a votação em segundo turno, que o governo quer no dia 12. O que será difícil, já que nesse mesmo dia o Conselho Político do PMDB es-

tará decidindo se apóia ou não a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. No caso da reforma da Previdência, a estratégia em discussão pelos aliados do governo é convencer os deputados a aprovarem o substitutivo enviado pelo Senado sem emendas.

No Senado, o cenário das votações parece mais favorável, depois de um período de resistência surpreendente para aquela Casa, sempre tão fiel a Fernando Henrique. Deve ser votado hoje em plenário a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e até o final da semana, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto segue depois para o plenário em seguida.